



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

18/12/2010



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1 - 2
1.2. COMEÇAR DE NOVO.....	3
1.3. INSTITUCIONAL.....	4 - 5
1.4. TRIBUNAL DO JÚRI.....	6
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. COMARCAS.....	7 - 8
2.2. CÂMARA CÍVEL.....	9
2.3. INSTITUCIONAL.....	10 - 11
2.4. JUIZADOS ESPECIAIS.....	12 - 14
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. CARTÓRIOS.....	15 - 18
3.2. CÂMARA CÍVEL.....	19 - 21
3.3. DESEMBARGADORES.....	22
3.4. JULGAMENTOS.....	23 - 25
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	26
4.2. COMARCAS.....	27 - 29
4.3. CÂMARA CÍVEL.....	30 - 33
4.4. DESEMBARGADORES.....	34
4.5. INSTITUCIONAL.....	35 - 37
5. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
5.1. COMARCAS.....	38
5.2. CÂMARA CÍVEL.....	39
5.3. INSTITUCIONAL.....	40
5.4. TRIBUNAL DO JÚRI.....	41

JUIZA DE ESPERANTINÓPOLIS É PROMOVIDA E VAI PARA PRESIDENTE DUTRA

O Tribunal de Justiça do Maranhão promoveu, pelo critério de merecimento, a juíza Gláucia Helen Maia de Almeida, titular da comarca de Esperantinópolis, para a 1ª Vara da comarca de Presidente Dutra, vaga deixada em decorrência da remoção da juíza Rosa Maria da Silva Duarte para a 3ª Vara da comarca de Timon.

SSP e TJ vão garantir reforço do policiamento nos fóruns do MA

O Secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes esteve reunido na última quinta-feira (16) com o corregedor-geral de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, na sede da Corregedoria do Tribunal de Justiça (TJ) para tratar sobre a questão da segurança nos fóruns em todo o estado. O encontro foi uma iniciativa das duas instituições, comprometidas em garantir maior patrulhamento nos estabelecimentos judiciais instalados na capital e no interior.

Como medida deliberada na reunião, o secretário afirmou que o Sistema de Segurança vai desenvolver ações de combate a invasões aos fóruns do interior, ato que vem se tornando frequente. Ainda durante a reunião, ficou acertada para o primeiro semestre de 2011, a celebração de um convênio entre o Governo do Estado e o Tribunal de Justiça, que gratificará polícias militares que já estão reformados para fazerem a segurança dos prédios e também das áreas

as próximas.

Aluísio Mendes já determinou às polícias que aumentem o contingente de homens no policiamento, principalmente neste fim de ano, por conta do recesso natalino, época em que as comarcas ficam mais suscetíveis aos roubos.

Em relação aos registros de ocorrências de invasão dos fóruns, o Secretário afirmou que já foram abertos inquéritos policiais, sob a responsabilidade da Polícia Civil, para apurar e identificar os criminosos que cometem estes crimes. Além da Polícia Civil, a Secretaria Adjunta de Inteligência e Ações Estratégicas da SSP também trabalha para capturar os bandidos.

Todos os casos de invasão estão sendo rigorosamente investigados pelas delegacias das cidades em que os fóruns estão instalados. As investigações iniciais apontam que os criminosos, nessas invasões, estão à procura de armas, drogas e para subtrair bens patrimoniais ou processos criminais.

A PENITENCIÁRIA FEMININA de São Luís, em Pedrinhas, é o primeiro presídio do Brasil a receber o Programa “Começar de Novo”, que beneficiará as presas do regime semi-aberto. O cadastro das participantes aconteceu quando a equipe do Tribunal de Justiça do Maranhão esteve no presídio e realizou o levantamento dos dados necessários para inclusão das presidiárias no processo de reinserção social promovido pelo programa...



Esmam... Click especial do Desembargador Marcelo Carvalho do desembargador Marcelo Carvalho que acaba de ser eleito diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) para o biênio 2011-2012. O novo diretor membro do Conselho Editorial da Revista Ciência Jurídica, também autor do Compêndio de Legislação para Concursos e Profissionais - Leis Judiciárias do Estado do Maranhão em parceria com os juízes Josemar Lopes Santos e o desembargador Jaime Ferreira Araújo. É autor das obras jurídicas "Decisões Antecipatórias, Cautelares, Liminares e Sentenças" e "Compêndio de Legislação para Concursos e Profissionais". Foi promovido pelo critério de merecimento para o cargo de desembargador no dia 19 de dezembro de 2006.

NA ÚLTIMA SESSÃO plenária do ano, o Tribunal de Justiça do Maranhão elegeu o diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) para o biênio 2011-2012. O desembargador Marcelo Carvalho, foi o escolhido, por maioria de votos. O futuro diretor da Esmam agradeceu aos colegas pelo apoio e, emocionado, disse que fará tudo para que a escola cresça ainda mais...



Rosário realiza último julgamento do ano

Foi realizada na Comarca de Rosário, a última sessão da 2ª Reunião Anual do Tribunal do Júri de 2010, presidido pela juíza titular Rosângela Santos Prazeres Macieira.

O réu Paulo Jeová Feitosa, vulgo "Paulinho", submetido a julgamento nesta data, é acusado de matar a vítima Basílio Elizeu Castro Silva, no dia 19 de abril de 2009. Ele foi absolvido, alegando legítima defesa, e o próprio Ministério Público pediu a absolvição do réu.

Segundo a denúncia, o acusado se encontrava consumindo bebida alcoólica, quando a vítima passou a insultá-lo. Eles trocaram ofen-

sas. O réu, então, puxou uma faca tipo peixeira e atingiu o lado esquerdo das costas da vítima, na altura do rim, causando a morte de Basílio.

No total foram designadas 06 (seis) sessões para o segundo semestre, enquanto no primeiro semestre foram realizadas mais 12 sessões. A Comarca de Rosário considerada de grande movimento processual aguarda a instalação da 2ª Vara.

Trabalharam neste último julgamento, além da juíza, a promotora Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça, e na defesa o advogado TharSYS Castro Fialho. O júri ocorreu na Câmara Municipal.

Comarca de Pinheiro fará casamento comunitário

Cerimônia vai unir oficialmente 60 casais de pescadores na Colônia Z-13, às 19h

PINHEIRO - A Comarca de Pinheiro (Baixada Maranhense) promoverá hoje o casamento comunitário de 60 casais de pescadores. Na quarta-feira (15), foi realizada audiência pública com foco nas ações que a Comarca desenvolveu durante o ano e no plano de trabalho para 2011.

A audiência foi realizada no salão do júri do Fórum Desembargador José Maria de Jesus Marques e reuniu os quatro juízes que atuam na Comarca, a comunidade, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Igreja e políticos. "Prestamos contas à sociedade", disse o juiz Júlio César Praseres, da 2ª Vara de Pinheiro.

A reestruturação física do fórum, o Esforço Concentrado de julho – e que efetivou 350 audiências em série, relacionadas a processos do Juizado Especial Cível e a ações de alimentos – e os resultados da Semana da Conciliação e as audiências noturnas foram detalhados na audiência.

Reduzir ao máximo o acervo de 9 mil processos físicos e eletrônicos do Juizado Cível e Criminal, inaugurado em agosto, será o desafio da Comarca no próximo ano.

Processos - Diante do volume elevado de processos para julgamento e da demanda crescente, os juízes Julio Praseres, Ander-



Divulgação

Casamento comunitário oficializa união de casais no interior do MA

son Sobral (diretor do fórum), Lavinia Macêdo Coelho e Alexandre Mesquita pretendem atuar em frentes de trabalho.

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, ressaltou que o Projeto Pauta Zero chegará a Pinheiro até março. A proposta é realizar ali esforço idêntico ao de Vitória do Mearim, quando 3.051 processos foram examinados por 16 juízes em uma semana.

O Pauta Zero foi criado pela

Corregedoria para atender comarcas estaduais com estoque processual muito alto.

Pinheiro encerra o ano judiciário hoje com casamento comunitário, que será realizado às 9h, na Colônia de Pescadores Z-13. Júlio Praseres celebrará a cerimônia com a ajuda de um juiz de paz. Em 2011, o magistrado quer realizar casamentos comunitários mensais com segmentos específicos.

Conversa

O secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, se reuniu, quinta-feira, com o corregedor-geral de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Motivo da conversa: a segurança nos fóruns em todo o estado.

O encontro foi uma iniciativa das duas instituições, comprometidas em garantir maior patrulhamento nos estabelecimentos judiciais instalados na capital e no interior.

Enxaqueca

Dor de cabeça forte para o prefeito de Humberto de Campos: as Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça julgaram, ontem, procedente o pedido de intervenção no município de Humberto de Campos.

Motivo: a Prefeitura não cumpriu ordem judicial para incluir precatório no valor de R\$ 101.172,05 no orçamento municipal.

Neste caso, se a intervenção for feita, o prefeito não é afastado do cargo, mas passa por poucas e boas.

Tribunal aprova a intervenção em município do MA

Decisão tomada objetiva garantir pagamento de precatório devido ao Estado pela Prefeitura de Humberto de Campos desde junho de 2005

Em sessão realizada ontem, os desembargadores das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por maioria de votos, julgaram procedente representação do Estado do Maranhão para intervenção no município de Humberto de Campos, em razão de descumprimento de ordem judicial. A decisão objetiva exclusivamente incluir precatório no valor de R\$ 101.172,05 no orçamento municipal e não afasta o prefeito do cargo.

O presidente do Tribunal, Jamil Gedeon, comunicará a decisão à governadora Roseana Sarney para que seja nomeado interventor, com função limitada. Ele cuidará apenas da decisão judi-

cial que deixou de ser cumprida.

De acordo com o relator, desembargador Paulo Velten, o prefeito foi notificado por mais de uma ocasião para a inclusão do precatório e não o fez, como também não apresentou qualquer justificativa, configurando a desobediência ao cumprimento da decisão judicial.

Segundo os autos, o município deve a quantia ao Estado, referente a crédito datado de 27 de junho de 2005. O então prefeito José de Ribamar Ribeiro Fonseca (reeleito em 2008) foi oficiado para incluir o precatório no orçamento municipal de 2006. A ação de cobrança tramitou na 2ª Vara da Fazenda Pública de São Luís.

Arquivo



Paulo Velten informou que o prefeito foi notificado para resolver o caso

Presidente do TJ presta contas de sua gestão

O presidente do TJ, Jamil Ge-deon, prestou contas ontem do primeiro ano à frente do órgão. Ele destacou o planejamento estratégico para a definição de infra-estrutura para o bom funcionamento da Justiça. **Geral 7**

Jamil Gedeon presta contas de gestão no TJ

Presidente do Tribunal de Justiça declarou que criou um planejamento estratégico para definir a infra-estrutura necessária para o bom funcionamento do órgão

Mario Carvalho
Da Editoria de Política

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, prestou ontem contas do primeiro ano de gestão, que se concretiza no dia de hoje, tendo priorizado nesse período as comarcas, as varas e os juizados, que foram propostas anunciadas logo que o magistrado assumiu o comando Judiciário do Maranhão.

Estiveram presentes à solenidade, que ocorreu no auditório do Rio Poty Hotel, juízes do pólo São Luís, que abrange 14 comarcas e 63 magistrados, além de juízes das comarcas de Alcântara, Anajatu-ba, Barreirinhas, Cantanhede, Humberto de Campos, Icatu, Itapecuru-Mirim, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e Vargem Grande.

"Começamos a discutir o Poder Judiciário maranhense juntamente com os magistrados e servidores. Construímos um planejamento estratégico e dentro desse contexto, estamos definindo a infra-estrutura necessária para o bom funcionamento da Justiça do Estado. Para isso, é preciso que a máquina esteja azeitada, para que toda a estrutura do Judiciário seja dotada de servidores, de equipamentos, de logística e de magistrados. Somente assim, teremos uma Justiça célere eficiente", declarou o desembargador Jamil Gedeon.

Na oportunidade, o presidente do TJ anunciou que o Judiciário maranhense vai ganhar mais celeridade com a realização de concurso público, no próximo ano. "No início de 2011, iremos promover concurso para magistrados, servidores e para as serventias extras judiciais. Estamos redefinindo



Jamil Gedeon, presidente do TJ, apresenta resultados de primeiro ano de gestão para magistrados

do o número de servidores ideal para cada unidade do estado, de acordo com especificidade e número de processos", informou Jamil Gedeon.

Segundo o desembargador, uma das maiores preocupações do Judiciário maranhense é a questão da falta de segurança nos fóruns. Ele ressaltou que no decorrer desta ano vários registros de assaltos nos fóruns foi registrado pelo TJ. O próprio presidente Jamil Gedeon esteve reunido com a cúpula do sistema de segurança pública do Estado reivindicando uma ação mais enérgica para coibir tais abusos.

A juíza Sônia Amaral, coordenadora do Planejamento Estratégico do TJ, disse que desde 2009 o Judiciário maranhense começou a construir um documento estratégico. "Nesse primeiro ano de gestão, tivemos o início da implantação do plano. Tudo isso foi pensado, pois primeiro idealizamos o plano e agora estamos colocando em prática. Temos uma preocupação muito grande, pois é certo que a infra-estrutura tem que ser boa, com bons fóruns, equipamentos necessários, um link para que haja velocidade no tratamento dos

processos. E imprescindível que as pessoas da instituição estejam capacitadas e motivadas", frisou.

Para o juiz Carlos Veloso, representante da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amm), o presidente do TJ, quando assumiu, foi bem enfático que iria priorizar a Justiça de primeiro grau. "A gente está vendo isso, mesmo com todas as dificuldades que a instituição tem. Ainda assim, a Justiça de primeiro grau tem tido essa prioridade prometida, apesar de ainda estarmos muito aquém daquilo que é o necessário para que tivéssemos condições matérias de atender a população a contento", avaliou o magistrado.

“
No início de 2011, iremos promover concurso para magistrados, servidores e para as serventias extras judiciais”
Jamil Gedeon
presidente do TJ

Com Justiça

Os três Juizados Especiais Criminais de São Luís realizaram uma ação que merece aplausos. Foi o programa Justiça Com Solidariedade, que entregou cerca de 4 toneladas de alimentos a diversas instituições da capital. E uma das contempladas foi a Fundação Antônio Jorge Dino, uma das mais sérias e comprometidas com o trabalho social. A FAJD recebeu mais de 200 quilos de alimentos, que serão direcionados às Casas de Apoio Erosilda Mota e Criança Feliz. A voluntária Flor de Kássia foi ao Fórum do Calhau, representando a FAJD.

Horário de atendimento de juizado é modificado nas festas de fim de ano

Postos avançados funcionarão em horários diferentes

Quem vai precisar de autorização de viagem para crianças e adolescentes, neste fim de ano, deve estar atento, pois o juiz José Américo Abreu Costa assinou portaria, já em vigor, na qual determina novos horários de funcionamento dos postos de atendimento avançado da 1ª Vara da Infância e da Juventude durante o Natal e fim de ano.

Os horários serão alterados nos dias 24, 25 e 31 deste mês, e 1º de janeiro, no Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, Terminal Rodoviário e Terminal da Ponta da Madeira.

No Aeroporto Cunha Machado, o horário de funcionamento nos dias 24 e 31 deste mês será até 21h. Nos dias 25 deste mês e 1º de janeiro, será a partir do meio-dia - datas e horário também válidos para quem procurar os postos no Terminal Rodoviário e na Ponta da Espera.

Para elaborar a portaria, o juiz levou em consideração que o posto de atendimento do aeroporto funciona em regime de plantão 24 horas, e os demais em plantão de 12 horas.

Somente em três casos os pais devem procurar uma Vara da Infância e da Juventude com a finalidade de obter autorização judicial para que os filhos possam viajar.

Um dos motivos é quando a criança, menor de 12 anos, viajar para fora da Comarca onde reside, desacompanhada dos pais, de guardião ou de tutor, de parente ou de pessoa autorizada (pelos pais, pelo guardião ou pelo tutor).

O segundo motivo refere-se à impossibilidade de um dos pais em dar a autorização, por razões como viagem, doença ou paradeiro ignorado, em caso de viagem ao exterior.

Uma terceira razão é quando a criança ou adolescente nascido em território nacional viajar para o exterior em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

Dentro do território nacional, adolescentes na faixa etária entre 12 e 18 anos não precisam de autorização judicial para viajarem desacompanhados.



Biaman Prado

No aeroporto Cunha Machado, o posto da Vara da Infância funcionará até as 21h nos dias 24 e 31 deste mês

Saiba mais

Em casos de viagens ao exterior, não é necessária a autorização judicial quando a criança ou adolescente, menor de 18 anos, estiver acompanhado de pai e mãe, tutor, ou terceira pessoa que detenha a guarda da criança ou do adolescente por tempo indeterminado.



Decisão
do Supremo
Tribunal
Federal deve
substituir
180 chefes
de cartórios
por pessoas
concursadas.

PÁGINA 3



Cerca de 180 cartórios no Maranhão deverão ter seus chefes substituídos por concursados com decisão do STF

CLODOALDO CORRÊA

Por seis votos a três, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de aplicar a exigência de concurso público para nomear os chefes de cartórios e tabelionatos, conforme determina a Constituição. No Maranhão, são ao todo, 302 cartórios e 80 titulares concursados.

A decisão STF é um marco para a regularização da atividade em todo o país. Segundo Alice Brito, presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Maranhão (Anoreg), o último concurso público do estado foi realizado entre os anos de 2008 e 2009, quando foram abertas 180 vagas e apenas 86 foram preenchidas, pois os candidatos aprovados foram desistindo e buscando outras oportunidades. Dos que ocuparam os cargos, seis ainda deixaram a atividade. "O Tribunal de Justiça se adequou à lei antes da definição do Supremo. Os tabeliães que estão no cargo antes da Constituição de 1988 estão legalizados", afirmou.

Com base na decisão do TSE, o

Maranhão ainda tem cerca de 180 cartórios ocupados por interinos. Segundo Felipe Madruga Trúculo, tabelião e registrador do 1º Ofício de Paço do Lumiar e membro da Anoreg, todos os titulares de cartórios colocados no posto são conscientes de que o cargo é temporário e poderiam sair a qualquer momento. "Os concursados chegaram e os temporários estão sendo retirados. A pessoa que ocupa este cargo temporariamente deve se preparar, se planejar para quando sair ter outra atividade em vista. Algumas pessoas achavam que o cargo seria para sempre e tiveram que sair quando os concursados começaram a chegar", explicou.

O trabalho do tabelião

O titular de um cartório recebe a autorização para explorar um serviço público de forma privada. O profissional deve conferir autenticidade aos documentos, como garantia de segurança jurídica e de liberdade contratual. É também o tabelião que lavra e faz averbações no livro de notas sobre os instru-

mentos de atos jurídicos que são solicitados. Ele é um servidor público, que não tem vínculos hierárquicos com qualquer órgão da administração ou do poder público.

A atividade vive do mercado e sua demanda. "Dizem que o cartório é uma máquina de fazer dinheiro. Não é bem assim. O rendimento do cartório depende muito de uma série de fatores e principalmente da forma como o titular administra. No Maranhão, a maioria, ou seja, cerca de 90%, ganham em torno de R\$ 5 mil por mês", explica Felipe Trúculo.

Antes da Constituição de 1988, os cartórios eram instituições familiares, passadas de pai para filho. Após sua promulgação e a partir de 1994, quando foi sancionada lei que regulamentava o tema, a função passou a ser obrigatoriamente exercida por pessoas concursadas.

Justiça decide por intervenção em Humberto de Campos

PÁGINA 3

HUMBERTO DE CAMPOS

Tribunal de Justiça decide intervir

Os desembargadores das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ), por maioria de votos, julgaram procedente representação do Estado do Maranhão para intervenção no município de Humberto de Campos, na sessão desta sexta-feira (17), em razão de descumprimento de ordem judicial. A decisão tem o fim exclusivo de incluir precatório no valor de R\$ 101.172,05 no orçamento municipal e não afasta o prefeito do cargo.

O entendimento, de acordo com parecer da Procuradoria Geral de Justiça, determina o cumprimento do artigo 374 do Regimento Interno do TJMA, para que o presidente do Tribunal comunique a decisão à governadora do Estado. Deverá ser nomea-

do interventor, com função limitada, para cuidar apenas da decisão judicial que deixou de ser cumprida.

De acordo com o relator, desembargador Paulo Velten, o prefeito foi notificado por mais de uma ocasião para a inclusão do precatório e não o fez, como também não apresentou qualquer justificativa, configurando a desobediência ao cumprimento da decisão judicial.

Segundo os autos, o município deve a quantia ao Estado, referente a crédito datado de 27 de junho de 2005. O então prefeito José de Ribamar Ribeiro Fonseca (reeleito em 2008) fora oficiado para incluir o precatório no orçamento municipal de 2006. A ação de cobrança tramitou na 2ª Vara da Fazenda Pública de São Luís.

OU DÁ OU DESCE (1)

Os desembargadores das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por maioria de votos, julgaram procedente representação do Estado do Maranhão para intervenção no município de Humberto de Campos. O prefeito, mesmo notificado, deixou de cumprir a ordem judicial de incluir um precatório de R\$ 108 mil no orçamento municipal.

OU DÁ OU DESCE (2)

A decisão será comunicada à governadora Roseana Sarney pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon Neto. Deverá ser nomeado interventor, com função limitada, para cuidar apenas da decisão judicial que deixou de ser cumprida, conforme o relator, desembargador Paulo Velten.

DISPUTAS NA SOMBRA

A simples eleição, na última quarta-feira, do desembargador Marcelo Carvalho como diretor da Escola Superior da Magistratura (Esmam) acabou por suspender no ar solene do ambiente sombrio do TJ velhas disputas entre magistrados. Mesmo entre gestos de sutilezas e gentilezas declaradas naquela eleição, foi impossível esconder sentimentos de disputas entre as correntes que se digladiam ali e acolá, na mais completa taciturnidade. Desfecho correlato ainda terá.

JUSTIÇA

Exploradores condenados

A Justiça condenou quatro das oito pessoas acusadas de exploração sexual no município de Açailândia. Os demais foram absolvidos a pedido do Ministério Público.

Exploradores condenados

Justiça determina a prisão de quatro pessoas acusadas de participarem de rede de exploração sexual e pedofilia em Açailândia. Todos estão foragidos, segundo a polícia

DYEGO RODRIGUES

Após sete anos das primeiras denúncias de casos de pedofilia no município de Açailândia (a 548 quilômetros da capital), quatro pessoas das oito acusadas foram condenadas pela Justiça por exploração sexual. Até o fechamento desta edição ninguém havia sido preso. Dois estabelecimentos (Boate Gigantão e Subterrâneo), de propriedade de um dos acusados também foram fechados durante a ação judicial. O restante do grupo foi absolvido pelo próprio Ministério Público (MP).

De acordo com o juiz da 2ª Comarca de Açailândia, André Bogéa, todos os apontados e condenados responderam o julgamento em liberdade e ainda continuam soltos. Osvaldo Brito de Medeiros Filho, 42, dono do canal da TV Record local; Fenando Hauesein Pimenta Reis, 50, engenheiro que se encontra fora do município; José Santos Silva "Zezinho da Bateria", 35, empresário do ramo comercial; e Noemir Ataíde "Miro Ferraz", 41, ainda podem entrar com recursos contra a sentença. O grupo é apontado como inserido numa rede de prostituição e pedofilia que agia no município.

Devido à série de denúncias das vítimas e do próprio Ministério Público, a Justiça decretou, aos envolvidos nos crimes, seis anos e cinco meses de prisão no regime semiaberto. O juiz André Bogéa afirma que indícios confirmam a participação de cada um deles no caso. Por outro lado, ele lembra que os absolvidos tiveram aval da própria promotoria "As pessoas

apontadas como envolvidas que eu encontrei provas, foram condenadas. Já quem eu não encontrei, foi dada a absolvição", comentou.

Apesar de a sentença ter sido a favor das vítimas, os acusados ainda pode recorrer à decisão. Segundo juiz, a prisão deles não foi pedido de imediato por nenhum do grupo oferecer risco a sociedade, além de não terem prejudicado as investigações. Em relação ao engenheiro Fernando Hauesein que está fora do município, o juiz disse que ele está sendo monitorado por um sistema integrado de Justiça, em parceria com outros estados. "O paradeiro dele é conhecido pela polícia e pela Justiça", disse o juiz.

O Conselho Tutelar do município celebrou a sentença dada pela Justiça na semana passada, mas faz um alerta em relação morosidade no prazo dos julgamentos. "Foram mais de sete anos para que essas pessoas tivessem a suas penas decretadas. Isso deixa um pouco de impunidade em relação a esses crimes que vêm acontecendo de uma forma esdrúxula", analisou a coordenadora e conselheira do Conselho Tutelar, Veranice Pereira de Carvalho. Segundo ela, paralelo a essas denúncias, outras já surgiram e ainda se arrastam dentro dos gabinetes da justiça.

A coordenadora contou ainda que o resultado da sentença e de todas as ações realizadas para coibir a criminalidade no município tem sido exemplar para que não surjam novos casos. "Nós percebemos que têm diminuído o número de casos, até mesmo porque nós estamos no corpo a corpo diariamente com as famílias em locais

de vulnerabilidade", comentou. A conselheira lembra do encorajamento que as pessoas tiveram em denunciar no município, quando a comitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pedofilia no Maranhão esteve presente na cidade. "A população se deslocou e veio até a nós, ou mesmo, buscaram a delegacia para relatar os casos de abusos dentro de casa, ou mesmo na rua", disse.

A CPI da Pedofilia foi instalada no município há sete anos e tramitava em segredo de Justiça por ter adolescentes tanto como denunciadores, testemunhas e abusados. O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia, que também colaborou com denúncias ficou satisfeito com a sentença. "É uma vitória, apesar da demora do processo, da angústia e da espera por algum resultado, um resultado positivo. Significa um avanço na nossa luta pelos direitos humanos na cidade e a esperança de que é possível a gente continuar ainda acreditando na Justiça, apesar de que ela anda com passos lentos", afirmou a gestora do projeto, Fabrícia Carvalho.



DOMINGOS PAZ, ELIZIANE GAMA E FÁBIO BRAGA PARTICIPAM DE SESSÃO DA CPI DA PEDOFILIA

*“As pessoas
apontadas como
envolvidas que eu
encontrei provas,
foram condenadas.
Já quem eu não
encontrei, foi dada
a absolvição”*

ANDRÉ BOGÉA,
juiz

Associação dos Magistrados elogia gestão de Jamil Gedeon

O juiz Carlos Veloso, tesoureiro-geral da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), elogiou o trabalho realizado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Jamil Gedeon. O comunicado foi feito durante o encerramento dos trabalhos do encontro com juízes do polo de São Luís, ontem, 17, no Rio Poty Hotel.

“A Associação dos Magistrados parabeniza e reconhece todo esforço empreendido pela atual gestão para melhoria da Justiça de 1º grau. Dessa forma, o desembargador Jamil Gedeon cumpre sua palavra e o compromisso assumido em seu discurso de posse. A AMMA agradece o empenho e a dedicação para o melhoramento da nossa Justiça”, ressaltou Veloso.

Jamil Gedeon agradeceu o reconhecimento da Associação e afirmou que a sua gestão estará sempre de portas abertas para debater sugestões que possam trazer melhorias para o Judiciário. O pre-

sidente destacou, também, que continuará investindo na infraestrutura de 1º grau e que para isso espera contar com apoio de todos que fazem parte da Justiça.

“Agradeço o reconhecimento e quero reforçar que todo o trabalho realizado até o momento é fruto de discussão com servidores e magistrados. Conto com o apoio de todos para avançar ainda mais na missão de construir uma Justiça mais ágil e efetiva para a população maranhense”, afirmou Gedeon.

A reunião de trabalho encerrou um ciclo de encontros realizado nos sete polos judiciais do Estado – Bacabal, Caxias, Chapadinha, Imperatriz, Pinheiro, São João dos Patos e São Luís. Durante os encontros, foram discutidas propostas de melhorias para as comarcas que formam a Justiça de 1º grau, aquela que atende diretamente a população. Os encontros terão como resultado um conjunto de ações voltadas para a política de pessoal do Judiciário estadual.

Distribuição de cestas básicas

Um total de 200 cestas natalinas foram distribuídas a famílias carentes da comarca de Pio XII. Adquiridas com recursos oriundos de transações penais, as cestas continham itens como arroz, feijão, açúcar, macarrão, sardinha, óleo de cozinha, extrato de tomate, biscoito doce e salgado, café, farinha de trigo e goiabada.

A seleção das 200 famílias dos bairros Vila Batalha, Invasão e povoados foi feita através de um cadastro prévio e divulgada em rádio comunitária.

A entrega foi feita pelo juiz da comarca, Antonio Elias de Queiroga Filho. Para o magistrado, "a Justiça é cega, mas tem que sentir, de alguma forma, os problemas sociais. Para mim, o maior presente que pude ganhar foi distribuir essas cestas e compartilhar um pouco de felicidade com as pessoas carentes", afirmou.

■ Acúmulo

A mando da Corregedoria-geral do TJ/MA, o juiz auxiliar da CGJ José Nilo Ribeiro Filho, na segunda-feira, fará inspeção e análise de acúmulo processual em Caxias e Pedreiras. As duas comarcas lideram o ranking de pendências no Maranhão.

Prefeita de Lago da Pedra doa terreno para construção de fórum

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Jamil Gedeon, recebeu ontem, 17, a prefeita de Lago da Pedra, Maura Jorge Ribeiro, e a juíza da 2ª Vara da comarca do município, Marilse Carvalho Medeiros.

A prefeita comunicou a doação de um terreno, situado na zona urbana, que servirá para construção da sede do Fórum de Lago da Pedra. O presidente do

TJMA agradeceu a doação e se comprometeu a mandar iniciar o processo de licitação para construção do fórum.

A comarca de Lago da Pedra, a 310 km da capital, atende a demanda judicial dos municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues e Lagoa Grande do Maranhão.

A juíza auxiliar da presidência, Sônia Amaral, também esteve ao presente ao encontro.

■ Intervenção I

Os desembargadores das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por maioria de votos, julgaram procedente representação do Estado do Maranhão para intervenção no município de Humberto de Campos, na sessão de ontem, 17, em razão de descumprimento de ordem judicial.

A decisão tem o fim exclusivo de incluir precatório no valor de R\$ 101.172,05 no orçamento municipal e não afasta o prefeito do cargo.

O entendimento, de acordo com parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, determina o cumprimento do artigo 374 do Regimento Interno do TJMA, para que o presidente do Tribunal comunique a decisão à governadora do Estado. Deverá ser nomeado interventor, com função limitada, para cuidar apenas da decisão judicial que deixou de ser cumprida.

■ Intervenção II

De acordo com o relator, desembargador Paulo Velten, o prefeito foi notificado por mais de uma ocasião para a inclusão do precatório e não o fez, como também não apresentou qualquer justificativa, configurando a desobediência ao cumprimento da decisão judicial.

Segundo os autos, o município deve a quantia ao Estado, referente a crédito datado de 27 de junho de 2005.

O então prefeito José de Ribamar Ribeiro Fonseca (reeleito em 2008) fora oficiado para incluir o precatório no orçamento municipal de 2006. A ação de cobrança tramitou na 2ª Vara da Fazenda Pública de São Luís.

■ Demolição parcial de hospital

Durante sessão realizada ontem, 17, as Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça determinaram demolição parcial do Hospital Regional de Araioses, de iniciativa privada, referente à área que o prédio ocupa nas ruas Benjamim Constant e Emídio Veras, no município.

A determinação confirmou as decisões judiciais de 1º grau e do próprio TJMA, que, anteriormente, tinham julgado improcedentes os recursos do hospital, solicitando a permanência das instalações da unidade nas duas ruas.

O pedido para demolir parte do prédio teve origem na ação popular movida em 2003, que alegou o fato de a área para construção do hospital ter sido liberada em 1991, pelo então prefeito José Cardoso do Nascimento, que teria cedido um bem público de uso comum da população, sem amparo legal.

■ Cobrança de metas

Por determinação do corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, o juiz auxiliar da CG, José Nilo Ribeiro Filho inicia na segunda-feira, 22, inspeção e análise de acúmulo processual em Caxias e Pedreiras. O foco são os processos incluídos em metas prioritárias do CNJ.

As duas comarcas são líderes em pendências quanto as Metas 2 e 3 do Conselho, e que estão relacionadas a processos distribuídos até dezembro de 2006 e a processos de execução.

A determinação do corregedor é para que os juízes das duas comarcas priorizem as exigências do CNJ.

Na condição de coordenador estadual do cumprimento de Metas do CNJ, José Nilo Ribeiro vai conversar com magistrados e buscar meios de solucionar as pendências em um tempo razoável.

TJ nega autorização a cursos irregulares em Icatu e Miranda

Em sessão ontem, 17, as Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negaram pedido do Ginásio Escola Normal Henrique de La Roque, que requeria licença para funcionamento de cursos técnicos de enfermagem nos municípios de Icatu e Miranda do Norte.

A escola ajuizou mandado de segurança contra ato do presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE), que indeferiu pedido de autorização para funcionamento dos cursos, justificando que não foram obedecidos os requisitos estabelecidos pelas resoluções do Conselho.

O mandado de segurança pedia autorização provisória para os alunos assistirem às aulas e licença para funcionamento dos cursos técnicos, argumentando ainda que restariam apenas três meses para conclusão.

O relator, desembargador Jaime Araújo, denegou o pedido, considerando que no caso não restou caracterizado direito líquido e certo, uma vez que a escola não satisfaz os requisitos e iniciou o curso antes da concessão, pelo CEE, da autorização para funcionamento. Destacou ainda que o pedido deveria ter sido solicitado com antecedência mínima de 120 dias do início dos cursos.

DESCE
↓

O município de Humberto de Campos vai sofrer intervenção do Governo do Estado, em razão de descumprimento de ordem judicial. Pedido nesse sentido foi julgado procedente pelos desembargadores das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça. A decisão tem o fim exclusivo de incluir precatório no valor de R\$ 101.172,05 no orçamento municipal, e não afasta o prefeito do cargo.

ABRAÇO DO DIA

O nosso abraço deste sábado vai para o desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo, que comemora, hoje, o seu aniversário natalício. Ao magistrado, que exerce sua profissão com dignidade e enaltece a Justiça do Maranhão, muita saúde e paz. Parabéns!

Jamil Gedeon finaliza ciclo de reuniões nos polos judiciais

O presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Jamil Gedeon, prestou contas das ações realizadas no primeiro ano de gestão aos juízes do polo judicial de São Luís. O encontro aconteceu ontem, no Rio Poty Hotel, e marcou o encerramento do ciclo de reuniões realizado nos sete polos judiciais do Estado, os outros seis são Bacabal, Caxias, Chapadinha, Imperatriz, Pinheiro e São João dos Patos.

O polo de São Luís contempla, além da capital, as Comarcas de Alcântara, Anajatuba, Barreirinhas, Cantanhede, Humberto de Campos, Icatú, Itapecru-Mirim, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e Vargem Grande.

Ao destacar ações realizadas no polo, o presidente confirmou o crescimento na arrecadação das custas judiciais, para 10,3 milhões em 2010. Esse aumento se deve a melhoria da fiscali-

zação e de atuação do Fundo de Reparelhamento e Modernização do Judiciário. A receita é revertida em reformas, construções e compra de materiais e mobiliários, a fim de dotar as comarcas de estrutura adequada para prestação dos serviços.

Gedeon falou, também, da melhoria em tecnologia, gestão de pessoal e destacou inúmeras obras que estão sendo realizadas no Estado. “Estamos melhorando a infraestrutura das comarcas, dotando de equipamentos e pessoal. Atualmente temos todas as comarcas com juízes titularizados e isso demonstra compromisso com o trabalho desenvolvido em cada unidade. Vamos realizar todo esforço necessário para concluir até o fim de 2011 o anexo do Fórum da capital”, disse.

Outras melhorias que estão sendo realizadas em todo Estado foram destacadas como construções de fóruns; refor-

mas de unidades; instalação de comarcas, juizados especiais e varas especializadas; bem como a nomeação de 277 servidores. Os prédios entregues já preveem o crescimento da população local, podendo ser ampliados futuramente.

O presidente disse que a falta de planejamento prejudicou por muito tempo os serviços oferecidos pela Justiça e disse estar convicto de que hoje o Judiciário estadual está no rumo certo. "Identificamos problemas, construímos soluções e estamos trabalhando para a concretização dos nossos objetivos. Certamente não vamos resolver todos os problemas em dois anos, mas estou certo de que estamos criando uma base sólida para que o Judiciário maranhense avance em diversas

áreas nos próximos anos, oferecendo um serviço digno da aprovação de cada cidadão deste Estado", concluiu.

Planejamento – Dando sequência aos trabalhos, a coordenadora do Núcleo de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, juíza Sônia Amaral, falou dos trabalhos realizados pelo Núcleo e dos avanços conseguidos a partir do planejamento. A juíza destacou a continuidade como fator de sucesso das ações. "Antes, as ações ocorriam de forma desorganizada, o que prejudicava o alcance dos objetivos. Neste novo momento, temos como foco o planejamento que permite a continuidade do trabalho que está sendo desenvolvido", afirmou.

Em seguida, o diretor de Recursos Humanos do TJMA, Au-

rino Rocha, apresentou um estudo que objetiva reformular a política de lotação dos servidores do Poder Judiciário. De acordo com o estudo, a lotação deverá atender a critérios que considerem as especificidades de cada unidade, tal como entrada e julgamento de processos e a população local.

Após as exposições, os juízes se reuniram em equipes para sugerir propostas que serão acrescentadas ao estudo. De acordo o diretor de RH, o objetivo é reunir todas as sugestões colhidas nos polos judiciais e elaborar um documento final. "Essa contribuição dos juízes na construção de estratégias demonstra a forma democrática com que o planejamento tem sido construído", observou Aurino.

Chegamos ao final do ano com o dever cumprido, diz Guerreiro Jr.



“Chegamos ao final do ano com o dever cumprido”, enfatizou o corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, durante a confraternização Natalina que reuniu dirigentes e servidores na manhã dessa sexta-feira, 17, no andar térreo da Corregedoria.

Guerreiro Júnior descreveu como “uma missão extremamente espinhosa” o trabalho à frente do órgão, informando que participará de nova missão – a fiscalização de 23 comarcas do interior do estado. “A Corregedoria não pára nem nessa época”, garante.

A festa teve bolo confeitado com motivo natalino e lanches diversos. Servidores terceirizados receberam cestas de Natal e efetivos receberam eletrodomésticos por sorteio – de ferros de engomar a liquidificadores e ventiladores

O corregedor lembrou que completará um ano de trabalho neste sábado, 18, saudou a ser-

vidora Alzira Martins da Silva, a mais antiga funcionária da CGJ, e fez questão de entregar à amiga a portaria de aposentadoria.

“É uma honra que Alzira tenha esperado que eu chegasse à Corregedoria para se aposentar”, disse, recordando que a conheceu quando o pai dele, o desembargador aposentado Antonio Guerreiro, foi corregedor da Justiça. “Tornei-me amigo e aprendi a admirá-la”, frisou. O corregedor elegeu a aposentada como o “símbolo da Corregedoria”.

O juiz auxiliar José Nilo Ribeiro Filho reconheceu o esforço pessoal de cada servidor no sentido de superar as dificuldades de trabalho e o comando do corregedor Guerreiro Júnior no estímulo à equipe. “A Corregedoria atingiu o ano mais produtivo na sua história”, enfatizou.

Para o magistrado, o órgão reflete hoje o espírito de Guerreiro Júnior, ou seja, o de crescer e superar dificuldades.



Jamil Gedeon recebeu Maura Jorge e a garantia de um terreno

Lago da Pedra doa terreno para fórum

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Jamil Gedeon, recebeu ontem, 17, em São Luís, a prefeita de Lago da Pedra, Maura Jorge Ribeiro, e a juíza da 2ª Vara da comarca do município, Marilse Carvalho Medeiros.

A prefeita comunicou a doação de um terreno, situado na zona urbana, que servirá para construção da sede do Fórum de Lago da

Pedra. O presidente do TJMA agradeceu a doação e se comprometeu a mandar iniciar o processo de licitação para construção do fórum.

A comarca de Lago da Pedra, a 310 km da capital, atende a demanda judicial dos municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues e Lagoa Grande do Maranhão. A juíza auxiliar da presidência, Sônia Amaral, também esteve ao presente ao encontro.

TJ decide intervir em Humberto de Campos

Os desembargadores das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por maioria de votos, julgaram procedente representação do Estado do Maranhão para intervenção no município de Humberto de Campos, na sessão de ontem, 17, realizada em São Luís, em razão de descumprimento de ordem judicial. A decisão tem o fim exclusivo de incluir precatório no valor de R\$ 101.172,05 no orçamento municipal e não afasta o prefeito do cargo.

O entendimento, de acordo com parecer da Procuradoria Geral de Justiça, determina o cumprimento do artigo 374 do Regimento Interno do TJMA, para que o presidente do Tribunal comunique a decisão à governadora do Estado. Deverá ser nomeado interventor, com função limi-

tada, para cuidar apenas da decisão judicial que deixou de ser cumprida.

NOTIFICAÇÃO

De acordo com o relator, desembargador Paulo Velten, o prefeito foi notificado por mais de uma ocasião para a inclusão do precatório e não o fez, como também não apresentou qualquer justificativa, configurando a desobediência ao cumprimento da decisão judicial.

Segundo os autos, o município deve a quantia ao Estado, referente a crédito datado de 27 de junho de 2005. O então prefeito José de Ribamar Ribeiro Fonseca (reeleito em 2008) fora oficiado para incluir o precatório no orçamento municipal de 2006. A ação de cobrança tramitou na 2ª Vara da Fazenda Pública de São Luís.

Presidente do TJ reúne os juízes para prestar contas

O presidente do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Jamil Gedeon, prestou contas das ações realizadas no primeiro ano de gestão aos juízes do polo judicial de São Luís. O encontro aconteceu ontem, 17, no Rio Poty Hotel, em São Luís, e marcou o encerramento do ciclo de reuniões realizado nos sete polos judiciais do Estado, os

outros seis são Bacabal, Caxias, Chapadinha, Imperatriz, Pinheiro e São João dos Patos. O polo de São Luís contempla, além da capital, as Comarcas de Alcântara, Anajatuba, Barreirinhas, Cantanhede, Humberto de Campos, Icatú, Itapecru-Mirim, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e Vargem Grande.



Jamil Gedeon prestou contas aos juízes de São Luís sobre as atividades do Tribunal de Justiça

Tribunal do Júri absolve assassino

A Comarca de Rosário realizou quinta-feira, a última sessão da 2ª reunião anual do tribunal do júri de 2010, presidida pela juíza titular Rosângela Santos Prazeres Macieira.

Paulo Jeová Feitosa, o “Paulinho”, foi absolvido da acusação de matar Basílio Elizeu Castro Silva em 19 de abril de 2009. O Ministério Público estadual pediu a

absolvição do réu, que alegou legítima defesa.

Segundo a denúncia, o acusado consumia bebida alcoólica quando a vítima passou a insultá-lo. Eles trocaram ofensas. “Paulinho”, então, puxou uma faca do tipo peixeira e atingiu Basílio à altura do rim.

Além da juíza trabalharam no julgamento a promotora Elisabe-

th Albuquerque de Sousa Mendonça e o advogado Tharsys Castro Fialho, na defesa. A sessão ocorreu na Câmara Municipal.

Foram designadas seis sessões neste segundo semestre. No primeiro semestre, foram realizadas outras 12. A Comarca de Rosário, considerada de grande movimento processual, aguarda a instalação da 2ª Vara.